

# PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9.ª REGIÃO

### **Concurso Público**

Nível Médio

# Cargo **6**: TÉCNICO JUDICIÁRIO ÁREA ADMINISTRATIVA

# **TARDE**

# CADERNO

## LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno caderno L coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém cem itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 100.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira/grafite, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Recomenda-se não marcar ao acaso, cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas** e **trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação que será feita no decorrer das provas e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos quinze minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- **9** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

#### AGENDA (datas prováveis)

- I 13/11/2007, após as 19 h (horário de Brasília) Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet www.cespe.unb.br/concursos/trt92007.
- II 14 e 15/11/2007 Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 28/11/2007 Resultados finais das provas objetivas e do concurso: Diário Oficial da União e Internet.

#### **OBSERVAÇÕES**

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1 TRT 9.ª REGIÃO, de 11/9/2007.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet www.cespe.unb.br/concursos/trt92007.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.



De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 100 se refira, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção das suas provas.

#### **CONHECIMENTOS GERAIS**

- O caos estampado pelos jornais em relação aos sistemas de saúde dos estados, o alto grau de defasagem dos alunos de escolas públicas, as notas destes nas avaliações
- 4 oficiais de desempenho escolar e os sensíveis gargalos que dão morosidade aos procedimentos do setor público de toda ordem têm convivido no país com a estabilidade do servidor
- público concursado. O instituto é uma garantia de Primeiro Mundo à carreira dos funcionários públicos contra as injunções políticas que certamente decorrem das mudanças
- de governo. E não há nada de errado com ela é uma segurança de profissionalização do servidor, de que ele não estará servindo ao político que eventualmente ocupa um
- cargo público, mas ao Estado.

Valor Econômico, 5/10/2007.

Com referência às idéias e às estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 As vírgulas logo após "estados"  $(\ell.2)$  e após "públicas"  $(\ell.3)$  têm justificativa idêntica.
- 2 O termo "gargalos" (l.4) está sendo empregado no sentido figurado ou conotativo, e significa **obstáculos**, **empecilhos**.
- 3 A forma verbal "têm" ( $\ell$ .6) está no plural para concordar com o sujeito simples "gargalos" ( $\ell$ .4).
- **4** A expressão "O instituto" ( $\ell$ .7) refere-se ao antecedente "servidor público" ( $\ell$ .6-7).
- 5 O sinal indicativo de crase em "à carreira" (ℓ.8) justifica-se pela regência da palavra "garantia" e pela presença de artigo definido feminino singular.
  - A prefeitura de São Paulo conseguiu bom resultado no primeiro leilão público de créditos de carbono no mercado à vista ocorrido no mundo, organizado por uma
  - bolsa de *commodities* e realizado nos termos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que foi estabelecido no Protocolo de Kyoto. Por meio desse instrumento, países
- 7 desenvolvidos, signatários do protocolo, que se comprometeram a reduzir determinada porcentagem das suas emissões de dióxido de carbono e outros gases que provocam
- o efeito estufa, podem, em vez disso, comprar créditos de carbono gerados por países que tenham reduzido suas emissões domésticas.

O Estado de S.Paulo, 4/10/2007.

Em relação às idéias e às estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os próximos itens.

- 6 As palavras "público", "créditos", "dióxido" e "domésticas" exigem acento gráfico com base na mesma regra gramatical.
- Subentende-se das informações do texto que o Protocolo de Kyoto autoriza que países desenvolvidos, signatários do acordo, possam comprar créditos de carbono gerados em outros países para completar os índices, com os quais se comprometeram, de redução de suas emissões de gases nocivos.
- 8 Em "se comprometeram" (ℓ.7-8), o pronome "se" indica que o sujeito da oração é indeterminado.
- 9 A ortografia da língua portuguesa considera incorreta a grafia **percentagem** no lugar de "porcentagem" (ℓ.8).
- **10** A palavra "signatários" ( $\ell$ .7) está sendo empregada com o sentido de **coordenadores**, **dirigentes**.

- Por intermédio da Bolsa de Mercadorias e Futuros, a Prefeitura de São Paulo colocou à venda 808.450 Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), que correspondem a 1,6
- 4 milhão de toneladas de gás metano, produzidas pelo Aterro Sanitário Bandeirantes, em Perus, que deixaram de ser lançadas na atmosfera.
- O material orgânico presente no lixo se decompõe lentamente, formando biogás rico em metano, um dos mais nocivos ao meio ambiente por contribuir intensamente para
- a formação do efeito estufa. No Aterro Bandeirantes, foi instalada, no ano passado, a Usina Termelétrica Bandeirantes, uma parceria entre a prefeitura e a Biogás
- Energia Ambiental. Lá, 80% do biogás é usado como combustível para gerar 22 megawatts, energia elétrica suficiente para atender às necessidades de 300 mil famílias.

Idem, ibidem.

Em relação às idéias e a aspectos morfossintáticos do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 11 Os termos "produzidas" (l.4) e "lançadas" (l.6) estão no feminino para concordar com o antecedente "toneladas" (l.4).
- **12** A substituição de "se decompõe" ( $\ell$ .7) por **é decomposto** mantém a correção gramatical do período.
- 13 Trata-se de um texto dissertativo composto a partir de segmentos narrativos e descritivos.
- 14 A expressão "formando biogás rico em metano" (ℓ.8) está entre vírgulas por tratar-se de oração reduzida de gerúndio.
- 15 A substituição de "foi instalada" (l.10-11) por **instalou-se** prejudica a correção gramatical do período.
  - Ao realizar leilões de créditos de carbono no mercado internacional, São Paulo dá o exemplo a outras cidades brasileiras de como transformar os aterros, de fontes
  - 4 de poluição e de encargos onerosos para as finanças municipais, em fontes de receitas, inofensivas ao meio ambiente. A capital dá exemplo, também, às empresas
  - privadas controladoras de pequenas centrais elétricas e de projetos de biomassa, que poderiam se enquadrar nesse sistema, fortalecendo a presença do Brasil no mercado de

10 créditos de carbono.

Idem, ibidem.

Com referência às idéias e às estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens que se subseguem.

- 16 A expressão "Ao realizar" (ℓ.1) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituída por qualquer uma das seguintes: Realizando, Quando realiza, Com a realização de.
- 17 Em "de como transformar" (l.3), o emprego da preposição "de" é exigido pela regência de "transformar".
- 18 A palavra "inofensivas" ( $\ell$ .5) está no feminino para concordar com o antecedente "fontes de poluição" ( $\ell$ .3-4).
- 19 O emprego de sinal indicativo de crase em "às empresas" (\( \ell \). 6) justifica-se pela regência de "capital" (\( \ell \). 6) e pela presença de artigo definido feminino singular.
- 20 A expressão "nesse sistema" (l.8-9) retoma a idéia antecedente de transformar fontes de poluição em fontes de receitas inofensivas ao meio ambiente e participar de leilões de créditos de carbono.

Os trechos abaixo compõem parte de um texto adaptado do editorial de **Valor Econômico** de 3/10/2007. Julgue-os quanto a aspectos gramaticais.

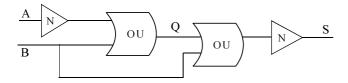
- 21 Ao longo da última década, o Brasil alcançou uma formidável conquista na direção da universalização do ensino básico, segundo os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- 22 Os números apresentados pelo IBGE, no entanto, mostram a outra face da moeda, além do louvável fato de que o país, hoje, consegue manter no ensino fundamental 97,6% da população na faixa etária de 7 a 14 anos.
- 23 Os números do IBGE refletem, também o preço pago por essa universalização, que foi o comprometimento da qualidade do ensino ao longo da década passada e a grande deficiência das políticas dirigidas aos jovens de 15 anos ou mais.
- 24 Uma radical mudança na qualidade das práticas ligadas ao ensino tornam-se fundamentais, não apenas para suprir uma demanda por mão-de-obra qualificada cada vez maior. Como política pública, ela deve ter como objetivo uma maior eqüedade de oportunidades entre brasileiros, seja eles pobres e ricos.

Circuitos lógicos são estruturas que podem ser exibidas por meio de diagramas constituídos de componentes denominados portas lógicas. Um circuito lógico recebe um ou mais de um valor lógico na entrada e produz exatamente um valor lógico na saída. Esses valores lógicos são representados por 0 ou 1. As portas lógicas OU e N (não) são definidas pelos diagramas abaixo.

$$\frac{A}{B}$$
 OU  $\frac{A}{S}$ 

Nesses diagramas, A e B representam os valores lógicos de entrada e S, o valor lógico da saída. Em OU, o valor de S é 0 quando A e B são ambos 0, caso contrário, é 1. Em N, o valor de S é 0 quando A for 1, e é 1 quando A for 0.

Considere o seguinte diagrama de circuito lógico.



Com base nas definições apresentadas e no circuito ilustrado acima, julgue os itens subseqüentes.

- **25** Considere-se que A tenha valor lógico 1 e B tenha valor lógico 0. Nesse caso, o valor lógico de S será 0.
- **26** A saída no ponto Q terá valor lógico 1 quando A tiver valor lógico 0 e B tiver valor lógico 1.

RASCUNHO

Considerando que uma argumentação é correta quando, partindo-se de proposições presumidamente verdadeiras, se chega a conclusões também verdadeiras, julgue o próximo item.

27 Suponha-se que as seguintes proposições sejam verdadeiras.

- I Todo brasileiro é artista.
- II Joaquim é um artista.

Nessa situação, se a conclusão for "Joaquim é brasileiro", então a argumentação é correta.

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca de contagens.

- 28 Em um tribunal, os julgamentos dos processos são feitos em comissões compostas por 3 desembargadores de uma turma de 5 desembargadores. Nessa situação, a quantidade de maneiras diferentes de se constituírem essas comissões é superior a 12.
- 29 Em um tribunal, os códigos que identificam as varas podem ter 1, 2 ou 3 algarismos de 0 a 9. Nenhuma vara tem código 0 e nenhuma vara tem código que começa com 0. Nessa situação, a quantidade possível de códigos de varas é inferior a 1.100.

Ainda no que se refere a contagens, julgue o seguinte item.

Social So

#### RASCUNHO

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Julgue os itens a seguir.

- 31 São órgãos da justiça do trabalho: o Supremo Tribunal Federal (STF), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), os tribunais regionais do trabalho e as varas do trabalho.
- 32 O TST compõe-se de 27 ministros.
- **33** Cada estado e o Distrito Federal possuem um Tribunal Regional do Trabalho (TRT).
- 34 Os TRTs são compostos por, no mínimo, 7 juízes, garantida a representação de um quinto a procuradores do trabalho e a advogados; os demais são juízes do trabalho de primeiro grau, promovidos, alternadamente, por antiguidade e por merecimento.
- **35** Os juízes do trabalho exercem jurisdição, singularmente, nas varas do trabalho criadas por lei.
- **36** As varas do trabalho podem funcionar em caráter itinerante, situação em que podem ultrapassar os limites territoriais da respectiva jurisdição.
- **37** Ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que funciona junto ao TST, cabe a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e de segundo graus.
- 38 Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, salvo quando essas envolverem, como parte, a administração pública, seja federal, estadual, distrital ou municipal.
- **39** Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as causas que envolvam representação sindical.
- 40 Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho, exceto quando se tratar de mandado de segurança.
- 41 Competem aos tribunais do trabalho processar e julgar os dissídios coletivos apenas quando os trabalhadores estiverem em greve.
- 42 Às secretarias das varas do trabalho, sob a supervisão do respectivo diretor, são atribuídas, entre outras funções, a guarda e a movimentação dos processos judiciais, a secretaria das audiências, a expedição de certidões, mandados e alvarás e a subscrição dos atos não decisórios, conforme as ordens do respectivo juiz.
- 43 Nas localidades onde houver mais de uma vara do trabalho, haverá um distribuidor, que receberá as ações ajuizadas e as sorteará entre as varas, cumprindo manter os controles dos feitos distribuídos igualitariamente.
- 44 No processo do trabalho, apenas se admite a reclamação trabalhista oral, dado o princípio da oralidade.

- 45 A gratuidade judiciária pode ser deferida pelo juiz ou pelo tribunal do trabalho apenas quando expressamente requerida pela parte interessada e mediante declaração de que não tem condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.
- **46** A União é isenta do pagamento de custas. Entretanto, quando sucumbente, deve reembolsar as custas que a parte contrária haja, eventualmente, realizado nos autos.
- 47 Quando o reclamante não comparecer à audiência inaugural, o juiz deve determinar o arquivamento do processo, mas se quem não comparecer, sem justificativa, for o reclamado, a pena aplicável é a de revelia e confissão.
- 48 No processo do trabalho é admitida, em geral, a indicação de três testemunhas para cada uma das partes, exceto nas reclamações sob rito sumaríssimo, quando o número de testemunhas é limitado a duas por parte, ou nos inquéritos para apuração de falta grave, quando poderá chegar a seis testemunhas para cada parte.
- **49** Se o valor dado à causa não exceder a 60 salários mínimos, as reclamações trabalhistas deverão seguir o rito sumaríssimo previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- **50** Quando as partes são intimadas na data da audiência de publicação da sentença, o prazo para recurso inicia-se no dia do julgamento.
- Ao sentenciar, o juiz deve arbitrar o valor da condenação, quando não for possível desde logo liquidá-la, mas o valor assim fixado provisoriamente apenas tem efeito para fins de custas ou de depósito no caso de recurso, eis que necessária a apuração do efetivamente devido por meio de cálculo, arbitramento ou artigos, em sendo a sentença ilíquida.
- **52** Contra as decisões proferidas pelos juízes do trabalho apenas cabe a interposição para o TRT do recurso ordinário ou do agravo de instrumento.
- **53** A execução trabalhista pode ser promovida pelo interessado ou de ofício pelo juiz.
- 54 Garantida a execução ou penhorados os bens, o executado, exceto quando se tratar da Fazenda Pública, terá o prazo de 10 dias para apresentar embargos.

Acerca da relação de emprego, julgue os itens subseqüentes.

- 55 Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal do serviço.
- **56** Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não-eventual a empregador, sob subordinação e mediante salário.

Acerca dos princípios e fontes do Direito do Trabalho, julgue os itens que se seguem.

- 57 Quando houver omissão nas disposições da legislação trabalhista, nos contratos individuais ou nas convenções e acordos coletivos de trabalho, o juiz do trabalho pode julgar por precedente jurisprudencial, analogia ou por equidade, inclusive adotando o Direito Comum como fonte subsidiária.
- 58 Uma das premissas do Direito do Trabalho é a busca da norma legal ou contratual pela melhoria das condições sociais do trabalhador, sob pena de nulidade.

Acerca dos direitos dos trabalhadores, sobretudo os considerados na Constituição Federal de 1988, julgue os seguintes itens.

- O salário mínimo é fixado por lei federal, consoante as peculiaridades de cada região do País, e deve observar valor capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustamentos periódicos que preservem seu poder aquisitivo, sendo vedada a vinculação para fins de correção de preços.
- 60 O salário é irredutível, exceto quando assim estipulado em acordo entre as partes, considerada alguma compensação com outro direito.
- 61 O repouso semanal remunerado deverá, necessariamente, recair em domingos, exceto se o trabalhador tiver religião ou crença que lhe exija o descanso em outro dia da semana.
- 62 O trabalhador terá direito a férias anuais remuneradas com adicional de, pelo menos, um terço do valor do salário normal.
- diárias nem a quarenta e quatro horas semanais, devendo a remuneração das horas extras ser de, no mínimo, 50% do valor da hora normal, exceto quando se tratar de hora extra laborada à noite, quando será remunerada em, pelo menos, 100% do valor da hora normal.
- A licença à gestante tem a duração de cento e vinte dias, sem prejuízo do salário e do emprego pelo período desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
- 65 O aviso prévio será concedido ao empregado para busca de nova colocação de trabalho, com antecedência de pelo menos sete dias da dispensa, ou indenização correspondente ao período devido de redução da jornada.
- 66 A indenização por danos morais ou materiais, decorrentes de acidente de trabalho, devida pelo empregador ao empregado, depende, necessariamente, da demonstração do dolo patronal para sua ocorrência.
- 67 O trabalhador pode propor ação referente a créditos decorrentes da relação de trabalho até o prazo de dois anos após o fato que enseja o pedido.
- 68 Todo trabalhador tem direito, de modo gratuito, a assistência concernente a creche e pré-escola aos filhos e dependentes, desde o nascimento até quando completarem 5 anos de idade.

As comissões de conciliação prévia estão reguladas pela Lei n.º 9.958/2000, que inseriu artigos à CLT. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

- **69** As comissões de conciliação prévia apenas podem ser instituídas com a intervenção do sindicato da categoria profissional.
- 70 O prazo prescricional será interrompido a partir da provocação da comissão de conciliação prévia pelo trabalhador interessado, recomeçando a fluir, pelo que sobejar, a partir da tentativa frustrada de conciliação ou do esgotamento do prazo de dez dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação.

Acerca da rescisão do contrato de trabalho, julgue os itens subsequentes.

- 71 Quando houver prática, pela outra parte, de ato lesivo à honra, tanto o empregador quanto o empregado podem considerar rescindido o contrato de trabalho.
- 72 Nos casos em que o juiz ou tribunal considerar que tanto empregado quanto empregador agiram com culpa para a rescisão do contrato de trabalho, a indenização deve ser reduzida pela metade em relação àquela que seria devida no caso de culpa exclusivamente patronal.

Em relação a jurisdição e a competência, sob o enfoque do processo civil, julgue os itens a seguir.

- 73 O poder jurisdicional é exercido em sua plenitude pelos órgãos dele investidos. Entretanto, o exercício válido e regular desse poder por esses órgãos é limitado legalmente pelo que se denomina competência. Assim, a competência legitima o exercício do poder pelo órgão jurisdicional, em um processo concretamente considerado.
- 74 É ilegítima a atuação de juízo territorialmente incompetente em processo decorrente de ação ajuizada perante ele. Nesse caso, por se tratar de incompetência absoluta, os atos decisórios emanados desse juízo padecem de nulidade insanável.
- 75 A jurisdição voluntária, visando à composição de conflitos de interesses, tem por finalidade resguardar a segurança jurídica e a decisão nela proferida, aplicando, dessa forma, o direito no caso concreto, de acordo com a pretensão ou a resistência das partes.
- **76** Foro é a delimitação territorial para o exercício do poder jurisdicional, sendo que, nos limites do mesmo foro, podem exercer jurisdição um ou mais órgãos jurisdicionais.

A respeito das partes e dos procuradores, julgue os itens seguintes.

- 77 Quando outra pessoa atua em juízo no lugar do litigante, ocorre a substituição processual. Como, nessa situação, há mudança na titularidade da ação, o substituto defende o direito que se tornou próprio, mas em nome do substituído.
- 78 A legitimidade para a causa consiste em conferir o direito de ação ao possível titular ativo e contra o passivo da relação jurídica material. É possível que uma das partes, apesar de ser legítima para figurar em um dos pólos do processo, falta a capacidade de estar em juízo, evidenciando a falta de um dos pressupostos processuais para o regular desenvolvimento do processo.

Quanto ao litisconsórcio, julgue os itens subsequentes.

- 79 O litisconsórcio necessário é aquele em que a pluralidade de partes não pode ser recusada, exceto se comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa dos réus.
- 80 O litisconsórcio caracteriza-se como uma das hipóteses da intervenção de terceiros, podendo se estabelecer no início da ação ou incidentalmente a ela, inclusive na fase recursal. Tratando-se de litisconsórcio simples, a ação deve ser decidida de maneira uniforme para todos os litisconsortes.

No que concerne aos atos processuais, julgue os itens que se seguem.

- 81 Em regra, na contagem dos prazos processuais, exclui-se o dia de começo e inclui-se o do vencimento. Se a citação ou intimação for feita por oficial de justiça, o prazo para a prática do ato processual terá início a partir da juntada aos autos do mandado cumprido.
- **82** A intimação dos atos processuais, seja para dar ciência, seja para convocar as partes ou suas testemunhas, poderá ser feita por via postal, por oficial de justiça ou por edital.

A respeito da sentença cível, julgue os itens a seguir.

- 83 As sentenças constitutivas são aquelas que podem criar, modificar ou extinguir uma relação jurídica, podendo ser positiva ou negativa.
- **84** Quando o pedido do autor é juridicamente impossível, o juiz deverá extinguir o processo sem resolução do mérito, por carência de ação.

Com relação aos recursos, julgue os itens que se seguem.

- 85 O princípio da proibição de reforma para pior consiste na vedação de que, no julgamento de um recurso, se possa retirar do único recorrente, no todo ou em parte, vantagem obtida no julgamento do grau inferior, em benefício do recorrido.
- 86 O prazo recursal é peremptório; por isso, quando ocorrer a sua interrupção, o prazo já transcorrido antes da paralisação será computado na verificação da tempestividade do recurso, isto é, se reinicia a contagem pelo restante do prazo e não por inteiro.

Considerando-se os atos administrativos e os serviços públicos, julgue os itens seguintes.

- **87** Devido ao atributo da auto-executoriedade, a administração pública pode condicionar a prática de algum ato administrativo ao pagamento de multa.
- 88 Em regra, não viola o princípio da continuidade do serviço público a suspensão de um serviço, após aviso prévio, decorrente de falta ou atraso de pagamento.

Julgue os itens subsequentes acerca da licitação, dos servidores públicos e da improbidade.

89 A União pode contratar, com dispensa de licitação, a prestação de serviços de organização social para atividades contempladas no contrato de gestão.

- **90** Considere a seguinte situação hipotética.
  - João, que tinha cargo exclusivamente em comissão na administração pública direta, praticou, entre outros, ato de improbidade previsto na Lei n.º 8.429/1992. Em razão disso, foi exonerado do cargo, alguns dias depois.
  - Nessa situação, João não poderá mais sofrer a aplicação da penalidade administrativa de destituição do cargo em comissão.
- **91** As penalidades previstas na lei de improbidade (Lei n.º 8.429/1992) se aplicam, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma, direta ou indiretamente.

Em relação aos princípios fundamentais da Constituição da República e da aplicação das normas constitucionais, julgue os itens que se seguem.

- **92** Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- 93 Norma constitucional de eficácia contida é aquela que, sendo auto-aplicável, autoriza a posterior restrição por parte do legislador infraconstitucional.

Julgue os itens seguintes, no referente a direitos e garantias fundamentais.

- 94 Considere que Márcio, oficial de justiça, de posse de mandado judicial, tenha que fazer a citação de Antônio em uma ação penal. Nessa situação hipotética, havendo autorização judicial para que Márcio faça a citação em qualquer horário, não se configurará violação ao domicílio se Márcio ingressar na residência de Antônio no sábado à noite e efetuar a citação, mesmo sem a concordância dos moradores.
- **95** O instrumento processual adequado para cassar ato de autoridade que venha a violar direito líquido e certo da pessoa do impetrante é o mandado de segurança ou a ação popular.

Julgue os itens a seguir, acerca da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil.

- **96** A instituição das diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transporte urbano, é de competência dos municípios.
- **97** No âmbito da legislação concorrente e diante da inexistência de normas gerais, a competência legislativa dos estados e do Distrito Federal é plena.

Quanto aos poderes, julgue os próximos itens.

- **98** Um projeto de lei federal decorrente de iniciativa popular deve ser apresentado perante a Câmara dos Deputados, desde que preenchidos os requisitos constitucionais.
- **99** O presidente da República tem competência para, por meio de decreto, extinguir cargos públicos que eventualmente estejam sendo ocupados por servidores não-estáveis.
- 100 Às defensorias públicas da União e dos estados são asseguradas autonomia funcional e administrativa bem como a iniciativa de sua proposta orçamentária, dentro dos limites traçados pela Constituição Federal.

